

15 JUN 1992

A dívida, perto da solução.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, viaja para Nova York, na próxima semana, respaldado por calorosas e respeitáveis manifestações de apoio que obteve durante a realização da Rio-92. Entre esses apoios estão os do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, do presidente do Banco Mundial (Bird), Lewis Preston, e do presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), Enrique Iglesias. Mas o mais notável deles é o do primeiro-ministro Kiichi Miyazawa, do Japão, país que, desde o governo Sarney, vinha impondo ao Brasil um tratamento extremamente severo no campo financeiro.

Há sete anos as linhas de crédito do Japão estavam fechadas para o Brasil. Mas, durante a Rio-92, o Japão anunciou financiamentos ao Brasil que totalizam US\$ 1,1 bilhão. Mais importante, perante os credores externos, do que a garantia de novos empréstimos do Japão, no entanto, é o elogio claro que Miyazawa fez ao governo brasileiro, pelo fato de "ter conseguido resultados concretos como a restauração de boas relações com a comunidade financeira internacional e também em relação aos esforços de reconstrução da economia do Brasil". Por essas razões, diz Miyazawa, o Japão está disposto a colaborar para que esses esforços tenham êxito.

Ao mesmo tempo em que acumula apoios do Exterior, o governo discute com os bancos credores particulares as últimas diferenças que ainda impedem o fechamento do acordo para o reescalonamento da dívida estimada em US\$ 42 bilhões. O Brasil já admite pagar mais de 30% dos juros a vencer dessa dívida (esse percentual foi fixado em janeiro do ano passado pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello) e elevou para US\$ 3,2 bilhões o volume de garantias que pretende oferecer aos credores. Para isso, o governo pretende utilizar US\$ 1,5 bilhão das reservas internacionais e espera contar com cerca de US\$

1,2 bilhão do Bird, do FMI e do IDB (cerca de US\$ 400 milhões de cada instituição), sendo o restante coberto pelos próprios credores, com a concessão de novos empréstimos. Os bancos, porém, exigem garantias de US\$ 3,6 bilhões, sendo que a diferença entre o que pedem e o que o governo oferece deve ser coberta com a utilização das reservas brasileiras.

Fontes do governo dizem que as diferenças hoje são pequenas e podem ser superadas nos próximos dias, para que a visita do ministro Marcílio Marques Moreira a Nova York coincida com a divulgação dos termos do acordo com os credores particulares, que está sendo negociado pela atual equipe econômica há dez meses.

Se isso de fato ocorrer, o Brasil terá resolvido todos os problemas no **front** externo, visto que já obteve a aprovação do FMI para seu programa econômico e concluiu as negociações com o Clube de Paris. O ministro Marcílio Marques Moreira poderá, então, comparecer à reunião de 12 ministros das Finanças latino-americanos com o secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, nos dias 24 e 25 próximos, em Washington, não mais como representante de um país às voltas com o problema da dívida e necessitando do apoio de seus vizinhos, mas de um país disposto a explorar de maneira construtiva as alternativas contidas na Iniciativa para as Américas.

Lançada há dois anos pelo presidente George Bush, a Iniciativa para as Américas destina-se a ajudar os países da região a resolver os problemas da dívida externa e tem como objetivos estimular os investimentos na região e formar um mercado comum do Alasca à Terra do Fogo. O Brasil será o último grande devedor da região a concluir um acordo com os credores. A dívida, desse modo, não mais precisará figurar entre os objetivos principais da Iniciativa para as Américas, o que trará para o centro das discussões a necessidade de abertura comercial e de estimulá-los aos investimentos.